

**XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO
CONPEDI BELÉM – PA**

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS I

GIOVANI DA SILVA CORRALO

JANAÍNA MACHADO STURZA

SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte deste anal poderá ser reproduzida ou transmitida sem quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. César Augusto de Castro Fiuza - UFMG/PUCMG – Minas Gerais

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS – Sergipe

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Secretário Executivo - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - Unimar/Uninove – São Paulo

Representante Discente – FEPODI

Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie – São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM – Rio de Janeiro Prof. Dr.

Aires José Rover - UFSC – Santa Catarina

Prof. Dr. Ednilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP – São Paulo

Prof. Dr. Marcus Firmino Santiago da Silva - UDF – Distrito Federal (suplente)

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa - UENP – São Paulo (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM – Santa Catarina

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR – Ceará

Prof. Dr. José Barroso Filho - UPIS/ENAJUM – Distrito Federal

Relações Internacionais para o Continente Americano

Prof. Dr. Fernando Antônio de Carvalho Dantas - UFG – Goiás

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA – Bahia

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA – Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba – Paraná

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP – São Paulo

Profa. Dra. Maria Aurea Baroni Cecato - Unipê/UFPB – Paraíba

Eventos:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (UFSC – Rio Grande do Sul) Prof. Dr.

José Filomeno de Moraes Filho (Unifor – Ceará)

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta (Fumec – Minas Gerais)

Comunicação:

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro (UNOESC – Santa Catarina)

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho (UPF/Univali – Rio Grande do Sul) Prof. Dr. Caio

Augusto Souza Lara (ESDHC – Minas Gerais)

Membro Nato – Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP – Pernambuco

D597

Direitos sociais e políticas públicas I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/CESUPA

Coordenadores: Giovani da Silva Corralo; Janaína Machado Sturza; Suzy Elizabeth Cavalcante Koury – Florianópolis: CONPEDI, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-854-7

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito, Desenvolvimento e Políticas Públicas: Amazônia do Século XXI

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Congressos Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. XXVIII Congresso Nacional do CONPEDI (28 : 2019 : Belém, Brasil).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa
e Pós-Graduação em Direito Florianópolis
Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br



Centro Universitário do Estado do Pará
Belém - Pará - Brasil
<https://www.cesupa.br/>

XXVIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI BELÉM – PA

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS I

Apresentação

O Grupo estudou diversas questões que envolvem os direitos sociais e as políticas públicas, a partir da ideia da efetivação dos direitos fundamentais e do desenvolvimento humano.

Os trabalhos buscaram demonstrar que as políticas públicas devem ser voltadas para os indivíduos, permitindo que desenvolvam as suas capacidades e alcancem os seus projetos de vida, numa perspectiva emancipatória e de superação das gritantes diferenças de oportunidades que ainda subsiste no cenário nacional.

O enfoque nas políticas públicas de saúde, incluindo a assistência farmacêutica, a partir da constatação de precariedade do sistema público de saúde, da ausência de recursos e da judicialização da saúde e os seus efeitos, foi o escolhido por sete dos pesquisadores que tiveram os seus artigos selecionados.

As políticas públicas voltadas às mulheres, aos adolescentes, aos idosos, aos portadores de necessidade especiais e às crianças foram discutidas em diversos dos textos apresentados, revelando grande cuidado e preocupação dos seus autores com o alcance do objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de redução das desigualdades sociais e regionais.

Aliás, somente um Estado com capacidade de elaboração, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas, em todos os níveis da Federação, de forma integrada e com a participação social, é que possibilitará a concretização dos fins constitucionalmente almejados pela República e dos próprios direitos fundamentais.

É nesse contexto que se recomenda a leitura dos artigos que compõem esta obra, a demonstrar o estado da arte de grande parte das pesquisas desenvolvidas em nível da pós-graduação em Direito no Brasil, a envolver instituições e pesquisadores em estudos aprofundados que transpõem os limites da Ciência Jurídica, numa perspectiva interdisciplinar.

Boa leitura!

Giovani da Silva Corralo - UPF

Janaína Machado Sturza - UNIJUI

Suzy Elizabeth Cavalcante Koury - CESUPA

Nota Técnica: Os artigos que não constam nestes Anais foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals, conforme previsto no artigo 8.1 do edital do evento.
Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

**A AGROECOLOGIA COMO MEIO DE INCLUSÃO DE MULHERES NO BAIXO
AMAZONAS: UM ESTUDO SOBRE A AMABELA - ASSOCIAÇÃO DE
TRABALHADORAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE BELTERRA**

**AGROECOLOGY AS A MEANS OF INCLUSION OF WOMEN IN THE REGION
OF “BAIXO AMAZONAS”: A STUDY ABOUT AMABELA - BELTERRA
MUNICIPALITY RURAL WORKERS ASSOCIATION**

**Juliana Pantoja Machado
Suzy Elizabeth Cavalcante Koury**

Resumo

O artigo objetiva proceder ao estudo do caso da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA), na região do Baixo Amazonas, no Pará, que utiliza linha de crédito voltada a incentivar políticas públicas para as mulheres de comunidades agrárias, a partir do estímulo da agricultura familiar e utilizando a agroecologia e o ecofeminismo, como ferramentas principais de mudança. A pesquisa fundamenta-se no conceito de desenvolvimento de Sen (2013) e de Sachs (2008), no qual o ser humano é figura central, devendo ser incluyente e sustentável. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, em livros e documentos.

Palavras-chave: Políticas públicas, Agroecologia, Amazônia

Abstract/Resumen/Résumé

This article aims to study the case of the Association of Rural Women Workers of the Municipality of Belterra (AMABELA), in the region of “Baixo Amazonas” of Pará, which uses a credit line aimed at encouraging public policies for women from agrarian communities, from stimulating family farming and using agroecology and ecofeminism as key tools for change. The research is based on the concept of development of Sen (2013) and Sachs (2008), in which the human being is the central figure, and must be inclusive and sustainable. The methodology used was the literature review, in books and documents.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Public policy, Agroecology, Amazon

1 INTRODUÇÃO

A Região Amazônica tem peculiaridades que derivam da sua construção natural e impactam, diretamente, na estruturação social e histórica dos povos nela viventes. É tão grande quanto a própria floresta a diversidade das pessoas ali residentes, congregando-se, muitas vezes, comunidades tradicionais, imigrantes, quilombolas e indígenas, em um mesmo território.

Ao tratarmos, especificamente, da região do Baixo Amazonas¹, no estado do Pará, podemos perceber, como descreve o Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas (MDA, 2012, p. 39), a existência de uma identidade reconhecidamente predominante da agricultura familiar nas comunidades locais, assim como o desenvolvimento de políticas públicas nesse contexto.

Porém, o referido relatório não fornece dados acerca da participação das mulheres, deixando de apontar o pertencimento, não apenas da mão de obra estritamente de mulheres na realidade rural amazônica, como ainda as particularidades das práticas sociais opressivas sofridas por elas e suas possíveis consequências nas esferas pública e privada, que afetam a vivência do gênero feminino.

Nessa linha de raciocínio, é fundamental considerar o recorte de gênero e as consequências sociais dele derivantes, no meio rural amazônico, tomando-se por base o conceito de desenvolvimento de Amartya Sen (2013) e de Ignacy Sachs (2008), que colocam o ser humano como figura central, a quem o crescimento tem obrigação de servir, devendo ser incluyente e sustentável.

Por esse motivo, as políticas públicas devem permitir aos vários atores, nos mais diversos campos, elaborar diretrizes para resolver problemas coletivamente importantes, a fim de alcançar a prosperidade própria e também comum.

Em razão dessa realidade, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar o efeito de políticas públicas pensadas para o fomento da agroecologia, como ferramenta de empoderamento de mulheres camponesas, através de uma abordagem do ecofeminismo, “colocando em pauta a questão da dominação da natureza pelos seres humanos, da mesma forma como os homens historicamente dominavam as mulheres” (SILIPRANDI, 2007, p. 846).

A fim de compreender como as políticas públicas são viabilizadas para mulheres no Brasil, mais especificamente no Baixo Amazonas, serão referidos alguns programas de

¹ A região do Baixo Amazonas é composta por 12 municípios: Santarém, Alenquer, Óbidos, Belterra, Almerin, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

acesso ao crédito, determinantes para o desenvolvimento dos projetos, como o Pronaf Mulher e o Fundo DEMA, assim como se investigará a compatibilidade dessas políticas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), articulados pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o qual o Brasil se comprometeu desde o ano de 2015 e, também, com as Diretrizes de Apoio e Promoção da Agricultura Familiar, firmadas pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 2018, em que o Brasil figura como signatário.

Proceder-se-á, ao final, à análise do estudo de caso da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA), no Pará, localizada na região do Baixo Amazonas, que se utiliza de linha de crédito voltada a incentivar políticas públicas pensadas para causar impacto na vida de mulheres de comunidades agrárias. Serão utilizados relatos das mulheres que compõem a associação, a partir do trabalho de estímulo da agricultura familiar na região, como ferramenta principal de mudança.

O texto apresenta, ainda, a identificação da conjuntura financeira e social experimentada pelas destinatárias da política pública antes da implementação desta no município de Belterra, no Pará, descrevendo as sensações de alteração no espaço público e privado da sociedade em que se inserem, após a organização da Associação AMABELA.

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi a revisão bibliográfica, com o uso de investigação documental em livros, portais de *internet* e documentos, a fim de se examinar o desenvolvimento como propulsor de liberdades e os impactos gerados pelas desigualdades de gênero no âmbito rural amazônico.

2 A AGROECOLOGIA COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO

Esse estudo adota, para compreender as estruturas existentes no meio rural, o seu modelo de desempenho e as consequências para o meio social, a teoria do desenvolvimento como liberdade, exposta por Sen (2013), em que manifesta a notória necessidade de se ampliar o viés restritivo do crescimento, para além dos números do Produto Interno Bruto - PIB, rendas pessoais, industrialização e avanço tecnológico.

Esses indicadores, como explica Sen (2013), contribuem, decisivamente para o crescimento de uma nação, porém não podem ser considerados a finalidade última do desenvolvimento, que almeja o progresso dos indivíduos e o fortalecimento de suas liberdades.

Dessa forma, Sen (2013) demonstra a indispensabilidade de outras variáveis no acervo de ferramentas para o desenvolvimento, tais como serviços de educação, saúde, direitos civis, liberdades políticas e substantivas. Seu principal objetivo é demonstrar que o êxito de

uma sociedade não acontece somente através de uma avaliação numérica de crescimento de renda, mas sim dos impactos gerados aos agentes humanos a quem esse crescimento se destina.

O desenvolvimento como liberdade está, portanto, também atrelado à “liberdade de participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem ao progresso dessas oportunidades” (SEN, 2013, p. 18), o que pode ser alcançado pela descoberta do tipo de vida que as pessoas valorizam para si e como é possível concretizá-la.

Ao enfrentar o tema de desenvolvimento, Sachs (2008) agrega a ótica da sustentabilidade, perfeitamente cabível no presente estudo, pois abrange a valorização de pessoas, dos seus costumes e dos seus saberes, para além do lado econômico, enfatizando, ainda, a implementação de políticas públicas como meios eficazes de se alcançar tal pretensão.

Resta evidenciada a importância de se refletir sobre a população do campo, pois “o desenvolvimento rural socialmente incluyente e em harmonia com o meio ambiente exige soluções intensivas em conhecimento e mão de obra, econômicas em capital e em recursos naturais” (SACHS, 2009, p. 335).

As políticas públicas precisam ser desenhadas para atender aos anseios acima descritos, mas, também, aos dos para quem se destinam, pois, os mercados tendem a ser socialmente insensíveis com a parte trabalhadora economicamente mais fraca, como destaca Sachs (2008, p. 27):

Na medida em que as desigualdades morais resultam da organização social, elas só podem ser superadas mediante atos de voluntarismo responsável – políticas públicas que promovam a necessária transformação institucional e ações afirmativas em favor dos segmentos mais fracos e silenciosos da nação [...]

Para além desse dever como vetor universal, faz-se necessário um olhar mais profundo à fissura social causada pelas diferenças de gênero, que também permeiam as relações rurais, extrapolando os âmbitos privados e impactando nas relações de trabalho. Nesse sentido, Oliveira (2002, p. 46) afirma que:

A distribuição dos frutos do crescimento econômico deve ser regida pelos princípios da necessidade e da justiça social e não, apenas e tão-somente, pelos desígnios das forças econômicas dominantes e das relações de poder político e dos processos de decisão que, geralmente, favorecem algumas regiões e grupos em detrimento das regiões mais carentes e das camadas marginalizadas da população.

Apontando as mulheres como integrantes de um grupo marginalizado da população, principalmente a campesina, Sen (2013) destaca a dimensão do papel da mulher enquanto agente de criação do próprio bem-estar social, e a importância de se superar a exclusão da

participação da mulher no seio cultural e de direitos, ao afirmar que elas não devem ser, apenas, “receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar” (SEN, 2013, p. 246).

Assim, resta evidenciada a importância de se estudar a eficácia de políticas públicas, criadas a partir de projetos sociais que destaquem o essencial papel da mulher no meio em que se inserem, seja ele familiar ou social. A visão da mulher como agente da própria mudança é um ponto de partida imprescindível à luta social, como bem coloca Sen (2013, p. 247):

[...] o papel da condição de agente tem de concentrar-se, em grande medida, também no bem-estar feminino. Analogamente, vindo pelo lado oposto, qualquer tentativa prática de aumentar o bem-estar feminino não pode deixar de recorrer à condição de agente das próprias mulheres para ocasionar tal mudança. Portanto, o *aspecto do bem-estar* e o *aspecto da condição de agente* dos movimentos feministas inevitavelmente apresentam uma intersecção substancial[...]

Sob esse enfoque, e considerando as capacidades dos seres humanos como ponto vital à teoria de desenvolvimento de Sen (2013), a análise das desigualdades de gênero no campo e o incentivo à ascensão de grupos de mulheres são propulsores do alcance das capacidades descritas pelo autor.

O desenvolvimento, como ensina Sachs (2009), é muito maior do que o estreito entendimento que preza apenas pela predominância industrial, promovendo a invasão do campo pela industrialização e os interesses do modelo capitalista de produção, que consumiu as terras com monoculturas, maquinários, químicos e todo um aparato diretamente responsável pela depreciação dos saberes tradicionais da agricultura familiar e, conseqüentemente, do respeito à história dos povos camponeses.

Essa compreensão leva-nos a depreender que a “segurança alimentar” (SACHS, 2009, p. 341) está diretamente ligada ao desenvolvimento seguro para os seres humanos, cortês com o meio ambiente e respeitoso com os grupos sociais que não figuram nas esferas de poder, como é o caso das mulheres, mais especificamente, no contexto discutido, as do meio rural.

É oportuno ressaltar, nessa ótica, o entendimento de que, no cenário peculiar rural amazônico, a agroecologia constitui um possível instrumento capaz de propiciar relações econômicas, sociais e ambientais, pautadas na sustentabilidade, na solidariedade, na responsabilidade e no respeito, proporcionando relações mais equilibradas e igualitárias, o que vai ao encontro do desenvolvimento descrito por Sen (2013) e Sachs (2008).

Nessa perspectiva, grupos vulneráveis, notadamente mulheres, podem ser contemplados, diretamente, com políticas públicas que possibilitem o acesso dos povos da floresta à prosperidade humana, pensada pelo prisma do desenvolvimento sustentável descrito,

promovendo benefícios sociais e agroecológicos não apenas a si próprias, mas também às comunidades em que habitam e à sociedade como um todo.

3 AS MULHERES DO MEIO RURAL AMAZÔNICO, A AGROECOLOGIA E O ECOFEMINISMO

As desigualdades entre homens e mulheres são uma realidade experimentada pela sociedade, afetando os mais diversos campos da vida humana.

No espaço agrário amazônico, é clara a divisão sexual do trabalho como ocorrência corriqueira, sendo uma realidade das mulheres residentes das comunidades rurais, o que pode ser modificado pela valorização das mulheres, principalmente, por meio da sua força de trabalho, enquanto agricultoras ou produtoras nas zonas rurais, tornando-as economicamente potentes para ultrapassarem as opressões sistêmicas que as atingem.

Contudo, as oportunidades geradas no âmbito do trabalho e, conseqüentemente, na vida privada, familiar, encontram grandes barreiras para as mulheres. Em virtude desse fato, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu, como um dos objetivos da agenda elaborada para o desenvolvimento sustentável, a implementação de políticas que possibilitem a expressão da voz da mulher, nos mais diversos campos, viabilizando que se transcendam os indevidos limites impostos a esse grupo vulnerável da população.

Note-se que, dentre os 17 objetivos definidos pela ONU (ONU, s.d.) como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados pelo Brasil, encontram-se a agricultura sustentável e a equidade de gêneros. Nomeadamente, ambos os temas são de incontestável importância para o progresso humano e precisam de mecanismos capazes de os efetivarem, razão pela qual, há, por parte da ONU, grande interesse no envolvimento dos países-membros com a promoção de instrumentos habilitados para operar programas voltados para essa temática, de forma a tornar real o planejamento dos ODS.

Cabe referir, ainda, que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ao formular políticas públicas relacionadas com a agricultura e a alimentação, ratificou a implementação das Diretrizes de Apoio e Promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), da qual o Brasil também é membro, trazendo, como norte, diretrizes que priorizam a promoção da autonomia econômica e da igualdade das mulheres rurais.

Um dos itens que se destaca do documento elaborado pela CPLP (2017, p. 20), e que está inserido nas orientações determinadas pelo acordo firmado entre os países

componentes da organização, ressalta a necessidade de se disponibilizar linhas de crédito voltadas, especificamente, para as mulheres, a fim de dar suporte econômico aos planos elaborados por políticas públicas nessa área de atuação. Lê-se em seu item 7.7:

Os programas de crédito rural devem contar com linhas específicas e em condições favoráveis para o financiamento de projetos produtivos, agrícolas e não-agrícolas, de mulheres a título individual ou grupos de mulheres rurais.

Nesse sentido, com o apoio da FAO, há parceria para o uso de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), subprograma Pronaf – Mulher (BNDS, s.d), com linhas de créditos específicas para atender à demanda das agricultoras e produtoras, o qual é atuante em todo território nacional e visa financiar mulheres que estejam precisando do crédito para desenvolver seus trabalhos.

Cabe referir, ainda, ao Fundo DEMA (FUNDO DEMA, s.d), no Estado do Pará, que é um fundo fiduciário, criado em 2003, gerenciado, jurídica e administrativamente, pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE, s.d), responsável por promover investimentos, por meio de publicação de editais, em projetos sócio ambientais, estendendo-se à Região do Baixo Amazonas.

A estratégia de estabelecer parcerias entre bancos, empresas e sociedade civil, através de organizações não governamentais, a fim de viabilizar a gestão de políticas públicas e de projetos sociais que pretendem, dentre outros fatores, atender aos propósitos determinados pelos acordos firmados pelo Brasil, como a ODS e as Diretrizes de Apoio e Promoção da Agricultura Familiar, acima mencionados, deve ser incentivada.

Ao lado de programas como esses, ganha relevância o ecofeminismo, com o estímulo à integração das mulheres do meio rural à agroecologia, pois consiste em uma forma de desmontar as engrenagens que movem a sociedade por um caminho no qual o homem se coloca como ser universal e superior, e que delega às mulheres apenas demandas cujos valores são considerados inferiores, isolando-as e lhes impondo a “aceitação do sofrimento enquanto destino de ser mulher” (SAFIOTTI, 1987, p. 35).

Cabe referir que há diversas correntes filosóficas dentro do ecofeminismo algumas das quais naturalizam a mulher através do determinismo biológico, associando-as a demandas específicas, o que, no entendimento adotado, seria mais prejudicial ainda a elas, como bem pontua Rosendo (s/a, p. 111 - 112):

O determinismo biológico posiciona incorretamente as mulheres como biologicamente mais próximas à natureza do que os homens, especialmente em virtude de suas capacidades reprodutivas, ou estabelece uma essência biológica às mulheres (“a natureza da mulher”). O essencialismo conceitual pressupõe erroneamente que o conceito de mulher é unívoco, que capta

condições essenciais da mulher ou da feminilidade. O universalismo supõe incorretamente que todas as mulheres compartilham um conjunto de experiências simplesmente pelo fato de serem mulheres.

O que se defende neste texto é a necessidade de promoção de políticas públicas que visem ao crescimento sustentável e igualitário no ambiente rural e que assumam a invisibilidade do trabalho da mulher no campo como bloqueio para o desenvolvimento coerente e equitativo (SILIPRANDI, 2000).

A fim de que se tenha um panorama completo das dificuldades enfrentadas pelas mulheres rurais e sua atuação social, torna-se indispensável discutir o contexto patriarcal que impera nas relações familiares e faz parte da vida das mulheres. O conceito de patriarcado é exposto por Biroli (2018, p. 11):

[...] complexo heterogêneo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa destas. É ativado de forma concreta, nas instituições e nas relações cotidianas.

Nessa vivência, em que ao homem pertence a escolha de como dispor de seu tempo, corpo e interesses, relegam-se às mulheres camponesas poucas escolhas a respeito de si próprias, deixando-se de incentivar as suas potencialidades e inúmeras habilidades, nos mais diversos campos, inclusive, por meio de uma relação direta com a natureza ao seu redor e com as oportunidades de trabalho delas derivantes. Como destaca Biroli (2018, p. 63), “as estruturas de autoridade nas relações de trabalho e na vida doméstica têm impacto na participação dos indivíduos em outros campos”.

Admitir a diferença na forma de dominação social entre homens e mulheres, derivada de uma construção androcêntrica do pensamento humano, é o primeiro passo para se pensar em formas de emancipar as mulheres, através da adoção de mecanismos criados para suprimir as desigualdades impeditivas da vivência da autonomia da mulher rural. Rosendo (s/a, p. 107) esclarece a lógica da dominação:

A lógica da dominação, conforme visto, é uma das características das estruturas conceituais opressoras. Tendo em vista que ela fornece a premissa moral para justificar eticamente a subordinação dos “de baixo”, nas relações de dominação e subordinação, pelos “de cima”, ela é basilar para as estruturas conceituais opressoras [...]

É, portanto, imprescindível associar o estudo do ecofeminismo aqui tratado às demandas das mulheres do campo, pois falar em políticas públicas voltadas para um grupo caracteristicamente minoritário, sem compreender a lógica de subordinação em que se inserem

e as restrições de direitos que enfrentam, tanto no âmbito público, quanto no privado, não logrará o êxito esperado, quando do seu planejamento.

Na verdade, ignorar a diferença promoverá o aprofundamento dos abismos sociais existentes dentro das comunidades em que vivem essas mulheres. Diante disso, “sem a lógica da dominação, uma descrição de similaridades e diferenças seria somente uma descrição, sem que houvesse discriminação moral na forma como um grupo é tratado ou nas oportunidades que lhes são ofertadas” (ROSENDO, *s/a*, p. 107).

Reconhecer, dessa forma, a existência de tais diferenças estruturais, dentro da lógica vivida no campo e das oportunidades fáticas nele existentes, é fundamental, tendo em vista as peculiaridades da divisão sexual do trabalho que permeiam esse ambiente, as mulheres atingidas por ele e a busca por respostas efetivas para os problemas enfrentados por elas nesses locais específicos.

A primeira questão que se precisa considerar é o modo de vida dessas comunidades e a valorização delas e do meio ambiente ao seu redor, enfatizando o conceito de desenvolvimento de Sen (2010), associado à expansão de capacidades dos seres humanos em busca do que compreendem ser o seu modelo de vida ideal.

Assim, procurar mecanismos para romper com paradigmas sociais, mostra-se de grande importância para quem vivencia a realidade do meio rural. Como consta do já citado Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas (MDA, 2012), a identificação dos povos locais com a agroecologia advém de uma avaliação própria de auto reconhecimento, embasada em saberes tradicionais, dos quais se utilizam, muitas vezes, há séculos.

Conclui-se, dessa forma, que a agroecologia, quando escolhida por essas mulheres como opção de trabalho, para promover subsistência e autonomia, atende a uma demanda própria, embasada no conhecimento de si mesmas enquanto seres humanos, plenamente capazes de participar, econômica e ativamente, do meio ao qual pertencem, o que permite desestruturar a lógica da dominação masculina imposta ao cultivo familiar, devendo-se estimular tal prática com ações positivas assertivas.

Por essa razão, discutir a eficácia de políticas públicas voltadas para as mulheres camponesas vai ao encontro da lógica do ecofeminismo e da agroecologia, como ferramentas de compreensão social e estrutural, permitindo que se busquem respostas diligentes para atendê-las. Uma dessas possíveis respostas é oferecida pela AMABELA, como se passa a demonstrar.

4 O ASSOCIATIVISMO COMUNITÁRIO DE MULHERES AGRICULTORAS: A AMABELA

Com o escopo de investigar a participação de mulheres agricultoras no associativismo comunitário e na produção agrícola/agroecológica, como um meio para modificar a realidade não apenas econômica em que se inserem, mas principalmente, social, optou-se por fazer um estudo de caso que envolve temáticas relacionadas à emancipação de um grupo de mulheres, por meio do fortalecimento da agroecologia, em um ambiente marcado pela monocultura e pelas relações de desigualdade de gênero.

Priorizou-se o projeto desenvolvido pela Associação de Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA), composto por 75 mulheres trabalhadoras rurais. O objetivo fundamental dessa associação é aliar demandas produtivas às pautas feministas, mantendo, como princípio, a agroecologia. Para tanto, desde a fundação do grupo, houve apoio do programa FASE na Amazônia, através do fundo DEMA, anteriormente mencionado.

Esse movimento coletivo de mulheres surgiu em Belterra, no oeste do Estado do Pará, buscando meios sustentáveis para lidar com a vida em um ambiente tomado pelas plantações de soja e pulverizações de agrotóxicos, que apresenta uma clássica estruturação social rural, em que a vida das mulheres, de um modo geral, é restrita ao âmbito privado, com vinculação ao casamento.

O surgimento da AMABELA deve-se, em grande medida, à insatisfação dessas mulheres em viver em contato direto com as consequências da industrialização do meio rural, em um ambiente diariamente mais tóxico à natureza e aos seres humanos, assim como em virtude do pouco acesso à remuneração adequada para o seu sustento próprio e o de suas famílias, aliados aos obstáculos derivados da relação de dominação social, que resultam na inferioridade com a qual são tratadas.

A utilização da agroecologia, como meio de preservação do meio ambiente e de equilíbrio das relações sociais, é uma importante ferramenta para impulsionar a autonomia dessas mulheres enquanto detentoras de conhecimentos tradicionais, além de ser uma fonte de obtenção de recursos, o que a torna indispensável para superar a divisão sexual do trabalho e para a sua emancipação, no âmbito familiar.

O foco do projeto é, portanto, promover renda e autossuficiência para as 75 mulheres integrantes da associação, bem como impulsionar a valorização do conhecimento local, através do cultivo e do comércio dos mais diversos produtos derivados da agricultura familiar. Para tanto, investe-se no protagonismo feminino na construção e no desenvolvimento do processo produtivo, incentivando as mulheres a acreditarem em seu próprio potencial, tanto na agricultura, quanto no empreendedorismo e no comércio.

A realidade das mulheres rurais no Brasil, de forma geral, e, especialmente, a das agricultoras e produtoras de Belterra, perpassa pela responsabilidade pela manutenção da dinâmica doméstica, havendo uma centralidade da mulher nos cuidados com a casa, os filhos e nas tarefas do lar. As desigualdades de gênero a que elas estão submetidas, muitas vezes provocam a falta de reconhecimento da sua salutar importância social.

Em matéria jornalística publicada pelo Portal Brasil de Fato (2017), algumas integrantes descreveram o impacto das políticas públicas implementadas pela AMABELA, avaliando, positivamente, os resultados em suas vidas. É o caso da agricultora Lindalva Castro, que afirma:

“A Amabela é uma oportunidade para as mulheres produtoras e agricultoras de Belterra. É uma forma de não ficar somente na cozinha. É uma forma de ter renda, expor teu produto e ver um dinheirinho na mão, isso pra mim é Amabela.” (TRABALHADORAS, 2017, s/p)

No mesmo sentido, expõe a agricultora Maria Irlanda de Almeida:

“A Amabela é muito importante, porque ela capacitou as nossas mulheres, aquelas que eram presas ainda ao seu lar, presas ao marido. Hoje, não, as mulheres têm mais a sua liberdade, a sua oportunidade de sair e vender.” (TRABALHADORAS, 2017, s/p)

É por meio do reconhecimento de si mesmas que a corrente de força entre essas mulheres se estreita, o que gera não apenas auto confiança para alavancar a agricultura familiar, como também, introduz importante movimento cooperativo na comunidade local, proporcionando que integrem o espaço público de forma diferenciada e, com isso, possam superar estereótipos há muito impostos pela forma tradicional patriarcal de viver em sociedade.

Na mesma reportagem, do Portal Brasil de Fato, a agricultora Sandra da Silva relata:

“Para mim, a Amabela representa a nossa liberdade, a gente poder fazer aquilo que a gente acha que deve fazer, porque ainda tem muitas mulheres presas naquilo que só diz respeito ao marido.” (COMÉRCIO, 2017, s/p)

No que diz respeito ao resultado fático da implementação da política pública, através da Amabela, como fator de mudança econômica da vida dessas mulheres, a agricultora Maria José Carneiro (Dona Mazé) afirma:

“É uma associação que abriu as portas, pois a gente não tinha um ganho, para a gente começar a fazer a nossa renda, porque tinha gente que não tinha renda nenhuma.” (TRABALHADORAS, 2017, s/p)

Além disso, esse modelo de vida, baseado na agricultura de subsistência fomentada por mulheres, é uma forma de resistência dos locais às monoculturas das grandes empresas de soja e de milho, que não apenas degradam o solo, como poluem o ar, os lençóis freáticos,

destroem fauna e flora, em total falta de apreço pela comunidade e de respeito pela força de trabalho nela disponível.

Sobre esse tema, a presidenta da Amabela, Vera Nunes, contou ao Portal Brasil de Fato que:

“as crianças já não podem estudar tranquilamente na sala de aula, porque tem escola que a soja tomou conta em volta. Os professores e os alunos se sentem mal. Os sojeiros usam maquinário para pulverizar [o agrotóxico]. Muitos usam aquele aviãozinho que joga veneno por cima. É um cheiro muito forte. Mesmo que o trabalhador rural plante sem o agrotóxico, ele é atingido porque está muito próximo às lavouras de soja”. (AGRICULTORAS, 2017, s/p)

A agricultora Maria José Carneiro (Dona Mazé) explica como acabou deixando de ser apicultora, em razão da morte das abelhas que criava:

“A gente tinha aqui dez caixas de abelha, tinha jandaíra, canudo e jataí. Vendia muito mel. Elas produziam bastante, até o dia em que começaram a inventar esse negócio de colocar veneno. Aí começaram a morrer as minhas abelhas e perdi tudo. Como as abelhas saem para pegar néctar, elas já vêm contaminadas quando chegam de volta na caixa, e aí perde a caixa toda. É muito triste você abrir a caixa e ver as bichinhas tudo morta”. (AGRICULTORAS, 2017, s/p)

Complementando a declaração, a agricultora Maria José Carneiro (Dona Mazé), conta que:

“A gente trabalha com agroecologia porque esse veneno mata mesmo. Quando eles começam a passar veneno lá, na plantação deles, na soja, no milho, o vento traz e vai queimando. Esses galhos queimados ali, é tudo veneno”. (AGRICULTORAS, 2017, s/p)

Porém, ainda que o cenário pareça unicamente desfavorável para as mulheres, constata-se o antagonismo desse grupo de agricultoras à dominação estrutural, pois desenvolvem métodos de enfrentamento às estruturas substanciais do meio ao seu redor, buscando autonomia, tanto no âmbito domiciliar, como descrito por elas próprias, quando afirmam a nova capacidade de autonomia e valorização, quanto no âmbito social, uma vez que o segundo é diretamente afetado pelo primeiro.

Nessa ótica relativa à força da composição social como ferramenta para afetar diretamente as mulheres, a dominação “estrutura o mundo social, e a emancipação é a promessa de superá-la” (MIGUEL, 2018, p. 219). Por esse prisma, adotar políticas públicas capazes de abreviar as discrepâncias entre os gêneros, é uma forma produtiva de promover equiparação, pois, como afirma Miguel (2018, p. 219):

[...] Nesse caso, se existem desigualdades, elas devem ser compensadas por formas de redistribuição de recursos, a fim de garantir a equidade entre os competidores[...]

Dessa forma, compreende-se como de salutar importância para a abordagem da temática o enfoque no ecofeminismo, enquanto escola de pensamento que orienta a interconexão entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres do campo, como orienta Siliprandi (2000).

Essa preocupação com as questões sociais e o papel das pessoas nos sistemas produtivos, em específico das mulheres, está diretamente associada à subalternidade de gêneros no meio rural, de acordo com Siliprandi (2000).

Nessa lógica, frisa-se a relevância da AMABEL, que é pautada em princípios feministas, justamente para expandir a capacidade de descortinar toda essa elaboração social, geralmente apagada dos contextos que tratam de lutas por melhores condições de vida no meio rural para mulheres.

Em entrevista, Sara Pereira, educadora do programa FASE na Amazônia, esclarece o porquê de a AMABELA ter sido criada como uma reunião apenas de mulheres:

“nos programas de formação, percebemos – e elas também – que existem muitas demandas específicas das mulheres, e que pela dimensão do sindicato, elas acabam não sendo contempladas. Porque a associação de mulheres agricultoras não discute apenas o aspecto produtivo, que é importante e fundamental, mas trata de questões do feminismo, sobre a importância de se organizar enquanto mulheres, das pautas que são específicas delas, das questões relacionadas ao acesso à saúde, aos direitos previdenciários. E também, as questões relacionadas aos relacionamentos, não só relacionamento familiar com os filhos, mas também com os companheiros, com os esposos”.
(SÉRIE, 2017, s/p)

O exame da política pública implementada pela AMABELA permite constatar que a situação social de mulheres rurais no Baixo Amazonas é permeada por particularidades, advindas da estrutura da dominação androcêntrica, inserida em um cenário com visão econômica destrutiva para a natureza, como aspecto de exploração interconectada com o macro sistema social opressivo, gerador das diferenças de poder entre homens e mulheres.

Os impactos referidos por algumas agricultoras que integram a Associação apontam que a política pública por ela implementada tem contribuído para a mudança da vida delas, tanto social, quanto economicamente.

5 CONCLUSÃO

Através do estudo efetuado, foi possível, primeiramente, perceber que, ao se falar em desenvolvimento, é imprescindível determinar através de qual lente se está analisando a possibilidade de progresso, porque, quando se consideram os seres humanos, aqui

especificamente mulheres, como a finalidade última da equação de evolução, passa-se a entender a relevância de se falar em liberdade para determinar o tipo de vida a ser adotado e os mecanismos eficazes de implementação desses modelos de liberdade.

Por esse motivo, para implementar o desenvolvimento pretendido, adotam-se meios que sejam capazes de sustentar políticas públicas voltadas para essas temáticas, como é o caso das linhas de créditos criadas para atender essa demanda de mulheres, sendo assim, possível colocar em prática o planejamento social de inclusão e equidade de gêneros no meio rural, adotado pelo Brasil.

Pode-se concluir, ao analisar o estudo de caso da organização de mulheres rurais amazônicas na AMABELA, que ela coloca em prática as diretrizes de emancipação social pretendida para mulheres pelas diversas organizações mundiais das quais o Brasil é signatário.

A adoção do modelo de política pública que envolve ecofeminismo e agroecologia demonstra que o caminho para a autonomia e a liberdade das mulheres rurais, tanto na Amazônia, quanto em qualquer outra região que tenha características semelhantes às dela, pode, de fato, estar ligado ao desenvolvimento com ênfase na liberdade, na sustentabilidade, na emancipação e no respeito às mulheres.

6 BIBLIOGRAFIA

AGRICULTORAS do Pará investem em agroecologia em região dominada pelo veneno. **Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, 05 jul. 2017. Caderno Campo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/05/agricultoras-do-para-investem-em-agroecologia-em-regiao-dominada-pelo-veneno/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BNDES. **Subprogramas**. Acesso em: 03 jun. 2019. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>.

COMÉRCIO de produtos agroecológicos empodera mulheres no interior do Pará. **Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, 06 jul. 2017. Caderno Agroecologia. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/06/comercio-de-produtos-agroecologicos-empodera-mulheres-no-interior-do-para/>. Acesso em: 06 jun. 2019.

CPLP. **Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP**. Acesso em: 11 nov. 2018. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwjUhfKs0NjiAhXPFbkGHeq2DxYQFjAAegQIABAC&url=https%3A%2F%2Fwww.cplp.org%2FAdmin%2FPublic%2FDownload.aspx%3Ffile%3DFiles%252FFiler%252FCSAN%252FBooklet_pt_v10-diretrizes-agricultura-familiar.pdf&usg=AOvVaw34fbhmgW0bqr1VRnG2fl_E.

FAO. **Sobre**. Acesso em: 03 jun. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/fao/>.

FASE. **Histórico**. Acesso em: 01 jun. 2019. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>.

FUNDO DEMA. **Quem somos**. Acesso em: 03 jun. 2019. Disponível em: <http://www.fundodema.org.br/conteudos/quem-somos/1423/>.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência: desafio para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Relatório analítico do território do Baixo Amazonas – Pará** [2012]. Acesso em 07 jun. 2019. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra018.pdf>.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>. Acesso em: 27 abr. 2019.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Acesso em: 08 jun. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>.

ROSENDO, Daniela. **Ética sensível ao cuidado: Alcance e limites da filosofia ecofeminista de Warren**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103388/314919.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 apr. 2019.

ROSENDO, Daniela. **Filosofia ecofeminista: Repensando o feminismo a partir da lógica a dominação [s/a]**. Acesso em 09 jun. 2019. Disponível em: http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/4_ROSENDO,D.%20Filosofia%20ecofeminista.pdf

SACHS, Ignacy. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. 12ª impressão. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SÉRIE de reportagens conta a história de Amabela. **FASE**. Rio de Janeiro, 22 ago. 2017. Notícias. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/serie-de-reportagens-conta-a-historia-de-amabela/>. Acesso em: 06 jun. 2019

SILIPRANDI, Emma Cademartori. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 2, n. 1, may 2007. ISSN 1980-9735. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/6427>. Acesso em: 07 june 2019.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S.l.], v. 4, n. 3, dec. 2009. ISSN 1980-9735. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9622>. Acesso em: 28 apr. 2019.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1 n.1, p.61 – 71, jan./mar. 2000. Disponível em: http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf. Acesso em: 28 apr. 2019.

TRABALHADORAS rurais criam associação agroecológica em Belterra, no Pará. **Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, 03 jul. 2017. Caderno Agroecologia. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/03/trabalhadoras-rurais-criam-associacao-agroecologica-em-belterra-no-para/>. Acesso em: 06 jun. 2019.